



Câmara Municipal

O Poder Que Vem do Povo
Jataí - GO

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

LICITAÇÃO DE REFERÊNCIA: CONVITE 008/2014

RECORRENTE: Edjanne Figueiredo Alvim-ME

Vistos etc.

Trata-se de analisar recurso interposto por Edjanne Figueiredo Alvim-ME (Grupo Enkelt), CNPJ 18.106.956/0001-38, empresa convidada a participar do processo de licitação 008/2014 que tem por objetivo a contratação de empresa transmissora de sinal de Rádio e TV On-Line (Streaming).

Em breve síntese, o processo se desenvolveu da seguinte forma: no dia 10 de março de 2014 o Secretário Geral da Câmara formulou requerimento solicitando ao presidente da Casa autorização para abertura de processo licitação para a contratação dos serviços mencionados (fls. 02/03); o requerimento foi deferido na mesma data (fl. 04); na sequência colheu-se certidão de saldo orçamentário (fl.05) e a média de preços de mercado (fls. 06/011).

O processo foi instaurado pela Comissão de Licitações da Câmara Municipal no dia 02 de abril, por meio da portaria 009/2014 (fl. 012), oportunidade em que foi juntada cópia da portaria de nomeação da Comissão de Licitações (fl. 013).



Câmara Municipal

O Poder Que Vem do Povo
Jataí - GO

Na sequência houve publicação do edital (fls. 014 a 029). Sobreveio parecer da Procuradoria considerando o processo regular e orientando o seu prosseguimento (fls. 30/31). Após foram expedidos os convites, num total de cinco (fls. 032 a 40).

No dia e horário marcado para a sessão de entrega e abertura dos envelopes (07-05-2014, às 14h), compareceram duas empresas, sendo elas: 1-Luzia das Graças Alves Lima –ME, CNPJ 10.642.096/0001-45 que apresentou os documentos de habilitação em conformidade com as determinações e foi habilitada a prosseguir no certame; e 2 – Edjanne Figueiredo Alvim-ME, CNPJ 18.106.956/0001-38, que apresentou todos os documentos de habilitação, salvo a certidão negativa de débitos trabalhistas. Em razão falta desta última certidão a empresa foi considerada inabilitada a prosseguir no certame (fls. 069/070).

Na própria sessão a empresa inabilitada manifestou desejo de recorrer da decisão, saindo desde logo intimada para esta finalidade.

No mesmo dia (07-05-2014), precisamente às 21:54:09 enviou, no endereço eletrônico que foi disponibilizado para a apresentação do recurso, um e-mail pedindo perdão pelo ocorrido e em anexo a certidão de inexistência de débitos trabalhistas que não havia sido apresentada na sessão (fls. 71 e 73). Na sequência, ainda no mesmo dia (às 22:12:02), novo e-mail com o link para a consulta da certidão (fl. 72).

Dois dias após, em 09 de maio enviou novo e-mail contendo em anexo a peça recursal, obtemperando, em síntese, que: acudindo ao chamamento Câmara Municipal, veio participar da licitação com a mais estrita observância das exigências editalícias. No entanto, alega ter sido inabilitada pela Comissão de Licitação, sob o argumento de não ter apresentado a certidão negativa de débitos trabalhistas.



Câmara Municipal

O Poder Que Vem do Povo
Jataí - GO

Afirma considerar manifestamente ilegal o ato praticado pela Comissão de Licitação. Aduz, ainda, que em atenção à exigência do edital enviou no mesmo dia a certidão expedida pelo TST. Alega que a certidão atende ao exigido no edital.

Alega que a Comissão deveria dispensar rigorismos inúteis, pois o documento não é exigido pela lei de licitações. Considera que a ilegalidade da exigência poderá ocasionar a nulidade do Edital, caso o erro não seja corrigido a tempo.

Segundo afirma, a apreciação de seus documentos norteou-se por um rigor burocrático desmedido e injustificável.

Já no requerimento, afirmam presentes os requisitos que demonstram a relevância do Writ e requer concessão liminar, inaudita altera pars, de medida para sustar os efeitos da decisão para que possa participar da etapa subsequente da licitação.

No mérito pede a declaração de nulidade ou anulação da decisão que a inabilitou, como também a nulidade do ato administrativo relativo ao improvimento do recurso administrativo por ela interposto. E ainda que seja refeita a decisão, determinando sua habilitação para que possa participar da abertura dos envelopes juntamente com os outros licitantes.

Por fim, pede a reconsideração da decisão pela Comissão de Licitação ou a subida dos autos à autoridade superior.

É o que cumpria relatar.

Tudo bem visto e ponderado, decido.

PRELIMINARMENTE



Câmara Municipal

O Poder Que Vem do Povo
Jataí - GO

Conforme narrado no relatório, e evidenciado nos autos (fls. 71/72 e 74/80), a empresa foi apresentando seus recursos aos poucos, de forma parcelada. Primeiro enviou um e-mail pedindo perdão pelo ocorrido juntamente com a certidão negativa de débitos trabalhistas, depois outro onde indicava o link em que a Comissão pudesse consultar a certidão, e, por último, dois dias depois, as razões recursais.

Com efeito, na apresentação de recursos no processo administrativo também deve ser observada a preclusão consumativa. Cabe a parte recorrente alegar, de uma só vez, toda a matéria que pretende expor no recurso.

Os recursos devem ser interpostos no prazo previsto pela Lei de Licitações, juntamente com as razões do inconformismo. Com a manifestação dentro do prazo, ocorre a preclusão consumativa, não se reabrindo o prazo para recorrer ou complementar o recurso.

Não se pode olvidar que a primeira manifestação da recorrente deveria ter vindo acompanhada das razões recursais, pois não se admite a apresentação parcelada do recurso. Nesse sentido caminha a jurisprudência do STJ:

[AGRAVO REGIMENTAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA. EFEITOS.

1. A perda da faculdade de praticar ato do processo por força da preclusão consumativa se dá quando um ato que já foi praticado é reiterado, o que ocorre, por exemplo, quando a parte, após apresentar petição ou interpor recurso, percebendo falhas, apresenta outra petição ou recurso para retificar o equívoco.

2. É inviável agravo regimental que deixa de impugnar integralmente a decisão recorrida. Aplicação da Súmula n. 182 do STJ.



Câmara Municipal

O Poder Que Vem do Povo
Jataí - GO

3. A aposentadoria compulsória imposta como resultado do processo administrativo disciplinar tem eficácia imediata 4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Inq .846/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2013, DJe 28/11/2013)

Com base nessa orientação, seria possível reconhecer a preclusão consumativa já na primeira manifestação da recorrente e assim improver o recurso, haja vista que na primeira oportunidade a manifestação limitou-se a um pedido de desculpas e a apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas, sem atacar, contudo, os fundamentos da decisão que a inabilitou.

Não obstante, objetivando dar máxima efetividade à garantia fundamental do prevista no art. 5º, LV da Constituição Federal, segundo o qual: “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”, prossigo na avaliação das razões recursais, ainda que apresentadas de forma parcelada.

Após a superação do primeiro vício percebo que existem outros, mormente em relação ao pedido liminar e ao primeiro pedido de mérito.

O pedido de liminar é esquadrihado nos seguintes termos: [“Estando presentes os requisitos exigíveis para a espécie e demonstrada a relevância dos motivos em que se assenta o Writ, requer se digne V. Excia. conceder medida liminar inaudita altera pars, para efeito de ordenar a sustação dos efeitos das decisões objetivadas, para que a impetrante participe da etapa subsequente da licitação citada, como se estivesse declarada habilitada àquele certame, ate decisão final do mandamus.”]



Câmara Municipal

O Poder Que Vem do Povo
Jataí - GO

Ocorre que não há qualquer mandado de segurança impetrado em face da Comissão de Licitação, o que torna o pedido prejudicado por absoluta incompatibilidade lógica.

Já no primeiro pedido de mérito, a recorrente propugna pela declaração de nulidade ou a anulação do ato administrativo relativo ao improvimento do recurso.

O pedido é igualmente sem correlação lógica com a fundamentação exposta ou com a realidade processual, mesmo porque, até o presente momento, não houve qualquer recurso administrativo improvido. O primeiro recurso processual é o que ora se aprecia.

Como se nota, os pedidos não sobrevivem de qualquer argumento lógico da fundamentação ou mesmo da realidade processual, motivo pelo qual reporto-me ao art. 295, parágrafo único, II e art. 514, II do Código de Processo Civil, por analogia, para deles não conhecer.

Sem embargo, pelo último pedido e pelo contexto da fundamentação percebe-se que, em verdade, o que objetiva a recorrente é ver reformada a decisão que a inabilitou a prosseguir no Processo de Licitação 008/2014.

Desse modo, à mingua de outras considerações preliminares, prossigo no mérito.

DO MÉRITO

A não apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas é fato incontroverso, reconhecido inclusive pela recorrente que, em um primeiro momento, pediu perdão à Comissão de Licitação. Ora, quem pede perdão tem



Câmara Municipal

O Poder Que Vem do Povo
Jataí - GO

consciência de cometeu um deslize, um erro. Ocorre que, em momento futuro, a recorrente alterou o discurso e imputou à Comissão de licitação a prática de atos com rigor burocrático desmedido e injustificável.

Novamente, se considerarmos as três manifestações da recorrente como partes de um todo, visualizam-se dificuldades, pois temos que reconhecer que ela é contraditória. Repiso que em um primeiro momento há um pedido de perdão, posteriormente há imputação de atos ilegais à Comissão de Licitação, atitudes parecidas com o que, em direito civil, é conhecido como “venire contra factum proprium”.

A expressão “venire contra factum proprium” significa vedação do comportamento contraditório.

Um dos fundamentos que dão vazão à incorformidade da recorrente é, segundo alega, a inexistência de dispositivo legal que imponha a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas aos licitantes.

Sem razão a recorrente. A Lei de Licitações, alterada pela Lei nº 12.440/2011, passou a exigir do interessado em participar do certame licitatório a prova de sua regularidade trabalhista (art. 27, IV), a ser feita por meio da apresentação, dentre outros documentos, da CNDT atestando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (art. 29, V). Verbis:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

...

IV – regularidade fiscal e trabalhista;



Câmara Municipal

O Poder Que Vem do Povo
Jataí - GO

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

....

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Perceba que, muito ao contrário de ser uma exigência desmedida ou inventada pela Comissão de licitação, trata-se uma exigência legal cuja consequência é a inabilitação para aqueles que deixarem de apresentar a certidão no momento devido.

O Edital da licitação debatida (008/2014) também é expresso ao afirmar que:

3.5 – Após a data e horário estabelecidos para o recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito e nem tampouco serão permitidos adendos ou acréscimos aos mesmos;

Desse modo, a apresentação extemporânea da certidão, ainda que negativa, não pode ser admitida, sob pena, aí sim, de afronta à legalidade.

O Edital da licitação debatida (008/2014) também dispõe que:

CLÁUSULA QUARTA – DA HABILITAÇÃO

4.1 – O proponente deverá apresentar no envelope nº 1 "DOCUMENTOS DE



Câmara Municipal

O Poder Que Vem do Povo
Jataí - GO

HABILITAÇÃO" em 01 (uma) via os seguintes documentos:

...

4.1.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

...

CLÁUSULA SEXTA – DA ABERTURA E JULGAMENTO

6.1 – Às 14h do dia de 07 de maio de 2014, a Comissão de Licitações da Câmara Municipal de Jataí - GO, reunir-se-á em sala própria e, na presença de no máximo um representante de cada proponente, procederá como adiante indicado:

...

6.1.4 – Serão devolvidas as propostas das empresas cuja documentação tenha sido julgada em desacordo com as exigências do presente instrumento convocatório. Será julgada inabilitada a proponente que:

a) deixar de atender alguma exigência constante do presente instrumento convocatório;

A partir dessas considerações, e estando provado que a recorrente realmente deixou de apresentar a certidão negativa de débitos trabalhistas no momento apropriado, andou bem a Comissão de Licitações ao inabilitá-la. A decisão foi correta. Permitir a continuidade da recorrente do certame representaria transgressão aos dispositivos legais já mencionados e ato de injustiça com a outra licitante que se portou com maior diligência no preparo dos documentos que deveriam ser apresentados.

Ademais, segundo o art. 41, § 4º da Lei de Licitações (8666/93): a inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.



Câmara Municipal

O Poder Que Vem do Povo
Jataí - GO

DISPOSITIVO DA DECISÃO RECURSAL

Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, conheço do recurso para negar-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão da Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente. Por consequência, determino a continuidade do certame apenas com a licitante habilitada.

Nos termos do item 6.1.4 do Edital 008/2014 determino a devolução da proposta da inabilitada, caso seja de seu interesse.

Retorne os autos à Comissão de Licitação para dar continuidade ao certame.

Intimem-se as partes;

Publique-se no site da Câmara Municipal

Jataí, 19 de maio de 2014

Adilson de Carvalho

Presidente